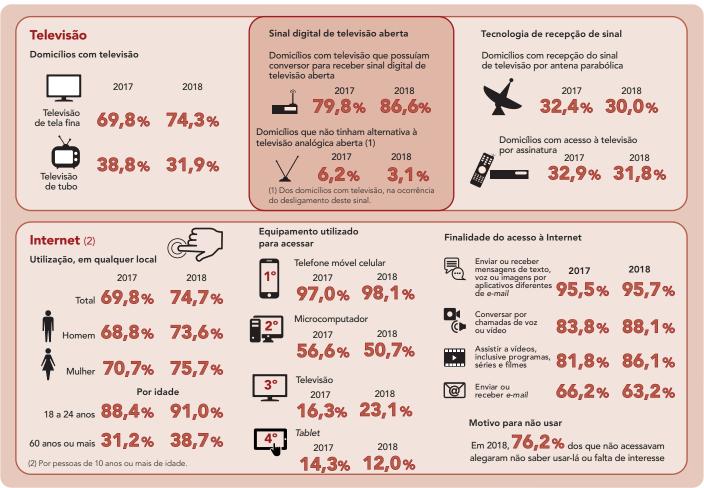


A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua investigou no quarto trimestre de 2018, pela terceira vez, o tema suplementar sobre Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC nos aspectos de acesso à Internet e à televisão e posse de

telefone móvel celular para uso pessoal¹. A investigação abrangeu o acesso à Internet e à televisão nos domicílios particulares permanentes e o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017/2018.

¹ Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2017, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. As tabelas de resultados, as notas técnicas e demais informações sobre a PNAD Contínua encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, no endereço: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=23205&t=sobre.



Domicílios particulares permanentes

Existência de televisão no domicílio

Em 2018, dos 71 738 mil domicílios particulares permanentes do País, em 96,4% havia televisão, enquanto que, em 2017, eram 96,7%. Esse reduzido movimento, de 2017 para 2018, ainda que pouco expressivo, ocorreu em área urbana (de 97,4% para 97,1%) e em área rural (92,3% para 92,0%). Também, de 2016 para 2017, esse percentual apresentou pequena retração. Assim sendo, no período de 2016 a 2018, houve tendência de decréscimo, ainda que branda, nesse indicador.

Em 2018, a Região Norte continuou detendo o menor percentual de domicílios com televisão no total (92,3%) e, também, em área urbana (94,7%) e em área rural (83,9%). A Região Sudeste permaneceu com o maior resultado desse indicador no total (97,8%) e em área urbana (97,9%), enquanto que, na área rural, o mais elevado foi o da Região Sul (96,0%).

Constatou-se diferença marcante entre os valores do rendimento real médio *per capita* dos domicílios com e sem televisão. No País, em 2018, esse rendimento dos domicílios sem televisão (R\$ 954) representava 58,9% daquele referente ao dos que tinham televisão (R\$1 620). Nas Grandes Regiões, esse percentual variou de 62,7%, na Região Centro-Oeste, a 67,8%, na Região Sul.

Tipo de televisão

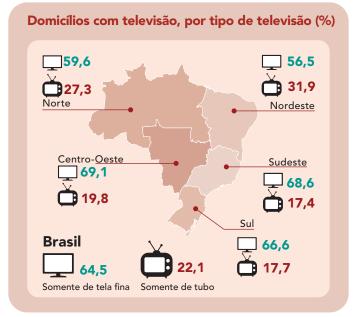
No País, de 2017 para 2018, repetindo o ocorrido de 2016 para 2017, houve aumento acentuado no número de domicílios com televisão de tela fina (de 49 milhões para 53 milhões) e retração substancial no de domicílios com televisão de tubo (de 27 milhões para 23 milhões). O percentual daqueles com televisão de tela fina subiu de 69,8% para 74,3% entre 2017 e 2018, enquanto o daqueles com televisão de tubo caiu de 38,8% para 31,9%. Esses mesmos movimentos ocorreram em todas as Grandes Regiões.

No período de 2016 a 2018, tanto o crescimento de domicílios com somente televisão de tela fina como a diminuição dos que tinham somente televisão de tubo ocorreram em ritmo acelerado. Nos domicílios do País, a parcela dos que tinham somente televisão de tela fina estava em 52,3%, em 2016, subiu para 57,9%, em 2017, e alcançou 64,5%, em 2018, enquanto a daqueles em que havia somente televisão de tubo estava em 32,2%, em 2016, caiu para 27,0%, em 2017, e baixou para 22,1%, em 2018. O mesmo comportamento foi observado em todas as Grandes Regiões.

Em 2018, os percentuais de domicílios que tinham somente televisão de tela fina nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste ficaram mais elevados que os das Regiões Norte e Nordeste e, no caso dos que tinham somente televisão de tubo, o comportamento foi inverso.

O nível do rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que havia televisão de tela fina foi muito mais elevado que o daqueles que tinham televisão de tubo. Essa diferença foi ainda mais acentuada entre os domicílios que tinham somente um desses dois tipos de televisão.

No País, em 2018, o rendimento real médio per capita dos domicílios com televisão de tubo (R\$ 1 008) representava 53,8% daquele dos que tinham televisão de tela fina (R\$ 1 875). Esse rendimento dos domicílios somente com televisão de tubo (R\$ 761) compreendia apenas 39,6% daquele dos que tinham somente televisão de tela fina (R\$ 1 922). O mesmo comportamento foi observado em todas as Grandes Regiões.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Sinal digital de televisão aberta

O processo de implantação do sinal digital para acesso aos canais de televisão aberta em substituição ao analógico, transmitido por antenas terrestres, ainda estava em andamento em 2018. Quando a transmissão do sinal analógico for inteiramente desligada, as televisões sem conversor para receber o sinal digital não terão acesso direto aos canais de televisão aberta, a não ser por meio de televisão por assinatura ou antena parabólica.

O crescimento de domicílios com televisão com conversor (integrado ou adaptado) para receber o sinal digital de televisão aberta continuou acelerado. Em 2018, havia 59 872 mil domicílios com televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta, ainda que não o estivesse captando, que compreendiam 86,6% dos domicílios com televisão do País. Em 2017, esse percentual estava em 79,8%. Houve incremento, de 2017 para 2018, no percentual de domicílios com televisor com conversor em área urbana (83,7% para 89,9%) e, com mais intensidade, em área rural (53,5% para 64,1%). Esses mesmos movimentos foram observados em todas as Grandes Regiões.

Nas residências com televisão, de 2017 para 2018, os maiores crescimentos no percentual de domicílios com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta ocorreram nas Regiões Norte



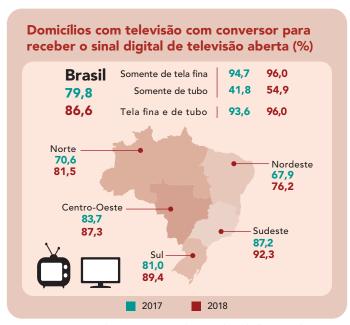
(70,6% para 81,5%) e Nordeste (67,9% para 76,2%) e foi mais intenso em área rural (de 52,2% para 66,7%, na Região Norte, e de 45,2% para 56,3%, na Região Nordeste). Entretanto, esses resultados alcançados em 2018 ainda permaneceram inferiores aos das demais Grandes Regiões. Esse indicador da Região Sudeste permaneceu como o mais elevado no total (92,3%) e em área urbana (93,7%), mas em área rural, o resultado da Região Sul ficou na vanguarda (75,1%).

O percentual de domicílios que tinham televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta naqueles em que havia somente televisão de tubo, apresentou extraordinário crescimento no período de 2016 a 2018. Apesar dessa evolução, esse percentual ainda estava distante do alcançado nos domicílios que tinham somente televisão de tela fina. No País, de 2017 para 2018, o percentual de domicílios em que havia televisão com conversor subiu de 41,8% para 54,9%, nas residências em que existia somente televisão de tubo, e passou de 94,7% para 96,0%, nas que tinham somente televisão de tela fina.

Nos domicílios em que havia os dois tipos de televisão no País, o percentual dos que tinham alguma televisão com conversor passou de 93,6%, em 2017, para 96,0%, em 2018, igualando-se ao dos que tinham somente aparelho de tela fina.

Nos domicílios com televisão do País, a parcela dos que tinham este aparelho com conversor que estava recebendo o sinal digital de televisão aberta passou de 66,7%, em 2017, para 74,7%, em 2018. Esse indicador, de 2017 para 2018, apresentou incremento maior na Região Norte (de 53,2% para 66,1%) e de menos intensidade na Região Centro-Oeste (de 71,7% para 74,8%).

Em 2018, o percentual de domicílios com televisão com conversor que estava recebendo o sinal digital de televisão aberta continuou sendo mais elevado na Região Sudeste (81,9%) e foi mais baixo na Região Nordeste (62,3%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018.

Antena parabólica

A antena parabólica é um recurso para captar, via satélite, sinal de televisão em áreas que não são plenamente atendidas por meio de antenas terrestres, o que ocorre com mais frequência longe dos grandes centros. O uso de antenas parabólicas nessas áreas possibilita o acesso a mais canais de televisão aberta e com qualidade melhor. Os resultados mostraram, conforme esperado, que o uso de recepção por antena parabólica foi predominante em área rural.

Nos domicílios com televisão do País, o percentual dos que tinham recepção por antena parabólica passou de 32,4% para 30,0%, de 2017 para 2018. Esse indicador passou de 26,8% para 24,6%, em área urbana, e caiu de 70,5% para 66,7%, em área rural.

Em 2018, o percentual de domicílios com televisão que tinha recepção por antena parabólica continuou sendo menor nas residências em que havia este aparelho da Região Sudeste (20,0%). No outro extremo, com resultados que ultrapassaram o dobro daquele da Região Sudeste, situaram-se os da Regiões Nordeste (43,8%) e Norte (41,0%).

O rendimento real médio *per capita* dos domicílios com televisão que tinha recepção por antena parabólica (R\$ 1 160) ficou em patamar abaixo daquele dos domicílios com televisão sem este tipo de antena (R\$ 1 817). Esta tendência ocorreu tanto em área urbana como em área rural. Em 2018, em área rural, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios que tinham televisão com recepção por antena parabólica (R\$ 763) representou 88,4%, daquele auferido pelos que tinham televisão sem recepção por este tipo de antena (R\$ 863). Esse percentual ficou em 70,1%, em área urbana (R\$ 1 318 frente a R\$ 1 879).

Serviço de televisão por assinatura

O serviço de televisão por assinatura dá acesso a um número variado de canais exclusivos, de acordo com o pacote contratado, além de captar o sinal de televisão aberta, inclusive o digital. Para isso, utiliza uma mini parabólica para captar os sinais dos canais contratados. Ao contrário do observado no uso da recepção por antena parabólica, a parcela dos domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura nas residências com televisor em área urbana foi expressivamente maior que em área rural. Ademais, a ordenação



das Grandes Regiões pelo percentual de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura foi inversa a dos domicílios com recepção do sinal de televisão por antena parabólica.

De 2017 para 2018, nos domicílios com televisão do País, não houve variação expressiva na participação dos que tinham acesso a serviço de televisão por assinatura (de 32,9% para 31,8%), o mesmo ocorrendo em área urbana (de 35,6% para 34,3%) e em área rural (de 14,1% para 14,9%).

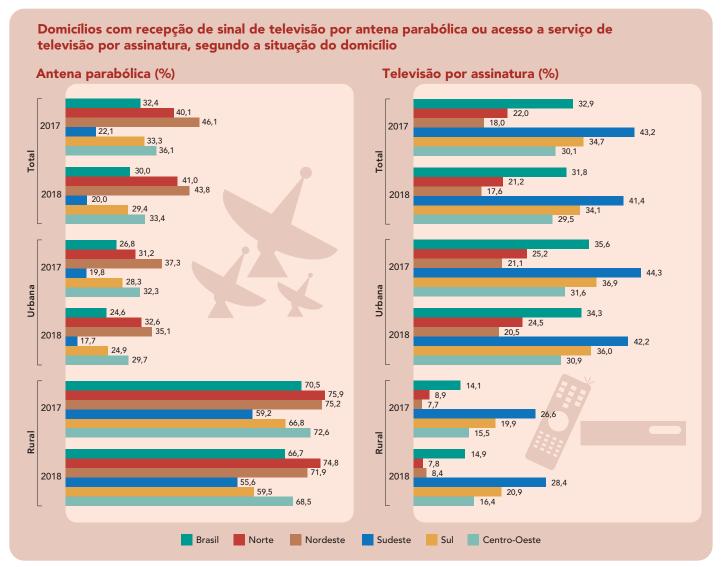
Em 2018, a Região Sudeste continuou detendo o maior percentual de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura no total (41,4%), em área urbana (42,2%) e em área rural (28,4%), enquanto a Região Nordeste, permaneceu com o menor no total (17,6%) e em área urbana (20,5%). A Região Norte foi a que apresentou os resultados seguintes a esses da Região Nordeste e ficou com o mínimo em área rural (7,8%).

O rendimento real médio *per capita* dos domicílios que tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 2 721)

suplantou o daqueles com televisão sem este tipo de serviço (R\$ 1 106). A diferença entre esse rendimento dos domicílios que tinham televisão com e sem acesso a serviço de televisão por assinatura em área rural foi expressivamente menor que em área urbana.

Em 2018, em área rural, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios que não tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 726) representou 60,7%, daquele auferido pelos domicílios com televisão com acesso a este tipo de serviço (R\$ 1 197). Esse percentual ficou em 41,8%, em área urbana (R\$ 1 178 frente a R\$ 2 818).

O confronto do rendimento real médio *per capita* dos domicílios que tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura com o dos que tinham este aparelho com recepção por antena parabólica mostrou marcante diferença. Em 2018, no País, esse rendimento dos domicílios com televisão com recepção por antena parabólica (R\$ 1 160) representava 42,6% daquele dos domicílios que este aparelho com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 2 721).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018.



Motivo de não haver serviço de televisão por assinatura

No País, em 2018, nos domicílios com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, 51,8% não o adquiriam por considerá-lo caro e 42,5% por não haver interesse pelo serviço. Em conjunto, esses dois motivos mais indicados abrangiam 94,3% dos domicílios com televisão sem o serviço de televisão por assinatura. Os domicílios com televisão que não tinham o serviço de televisão por assinatura porque os vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam este serviço representavam 3,5%, enquanto os que não o tinham por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, somente 1,6%.

Em 2018, nas Grandes Regiões, os dois motivos mais indicados para não adquirir o serviço de televisão por assinatura foram os mesmos do País. Para os domicílios que não tinham esse serviço de televisão por assinatura por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, o resultado da Região Norte (4,5%), ainda que pequeno, ficou destacado dos referentes às demais, que variaram de 1,0% a 2,1%. No caso dos domicílios com televisão que não tinham serviço de televisão por assinatura porque os vídeos acessados na Internet o substituíam, os resultados variaram gradualmente de 1,6%, na Região Norte, a 4,9%, na Sul.

Domicílios sem alternativa à televisão analógica aberta

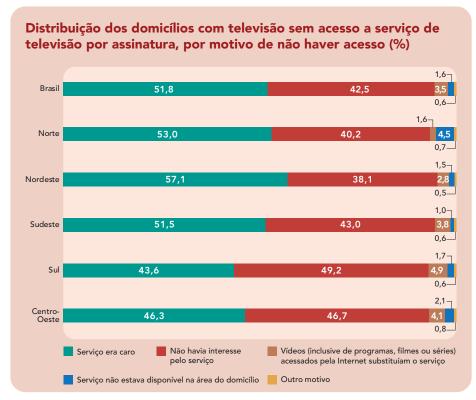
Quando a transmissão do sinal analógico for inteiramente desligada, as televisões sem conversor para receber o sinal digital não terão acesso direto aos canais de televisão aberta, a não ser por meio de serviço de televisão por assinatura ou antena parabólica. Os resultados de 2016 a 2018 mostraram rápida redução no número de domicílios sem quaisquer desses três meios de acesso a canais de televisão aberta no caso do desligamento do sinal analógico. Em 2018, o número desses domicílios estava em 2 142 mil.

Nos domicílios com televisão do País, o percentual dos que tinham este aparelho sem conversor para receber o sinal digital de televisão aberta que não recebiam sinal de televisão por antena parabólica e nem tinham serviço de televisão por assinatura caiu de 6,2% para 3,1%, de 2017 para 2018. Em área urbana, a queda foi de 6,1% para 3,0%, e em área rural, de 6,8% para 4,1%.

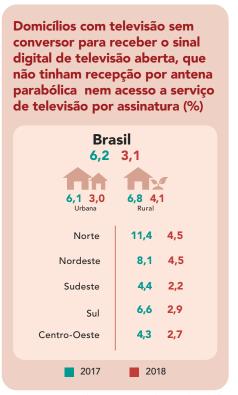
Em 2018, nos domicílios com televisão nas Grandes Regiões, o percentual de domicílios com televisão sem conversor que não tinham recepção por antena parabólica e nem acesso a serviço de televisão por assinatura foi maior nas Regiões Norte e Nordeste, ambas com 4,5%, e nas demais variou de 2,2% a 2,9%. Em área urbana, os resultados foram semelhantes ao do total, ficando o máximo na Região Norte (4,7%), enquanto que, em área rural, o máximo ficou na Região Nordeste (4,7%).

Existência de microcomputador ou tablet no domicílio

Os resultados de 2016 a 2018 mostraram sentido de declínio, ainda que lento, no número de domicílios em que havia microcomputador. No total de domicílios, aqueles em que havia microcomputador representavam 43,4%, em 2017, e 41,7%, em 2018. De 2017 para 2018, esse percentual caiu de 47,9% para 46,0%, em área urbana, enquanto que, em área rural, a diminuição foi insignificante (de 14,7% para 14,3%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018.



O *tablet* é muito menos comum nos domicílios que o computador. Em 2018, nos domicílios do País, o número de domicílios em que havia *tablet* representava 30,0% daquele em que existia microcomputador.

Nos domicílios do País, de 2017 para 2018, o percentual daqueles em que havia *tablet* passou 13,8% para 12,5%. Em área urbana, esse indicador passou de 15,1% para 13,8% e, em área rural, de 4,7% para 3,8%.

O microcomputador é um equipamento mais caro que o tablet e a grande maioria dos domicílios em que havia tablet também tinha microcomputador. Esses fatos são relevantes no entendimento dos níveis do rendimento médio per capita domiciliar em função da existência desses equipamentos nos domicílios.

No País, em 2018, esse rendimento foi de R\$ 957, para os domicílios que não tinham microcomputador nem *tablet*, e de R\$ 2 404, para os que tinham pelo menos um deles. O rendimento médio dos domicílios somente com *tablet* (R\$ 1 305) ficou perto de 2/3 daquele dos que tinham somente microcomputador (R\$ 2 046) e alcançou R\$ 3 798 nos que tinham ambos os equipamentos.

Existência de telefone no domicílio

Em 2018, não havia telefone, fixo convencional ou móvel celular, em 5,1% dos domicílios particulares permanentes do País. Esse resultado não apresentou alteração em relação ao de 2017. Também não houve modificação significativa, de 2017 para 2018, nas Grandes Regiões.

Em 2018, a ausência de telefone manteve-se mais elevada nos domicílios nas Regiões Norte (10,0%) e Nordeste (9,6%), enquanto nas demais não ultrapassou 3%.

O rendimento real médio per capita da parcela de domicílios em que não havia telefone ficou muito abaixo daquele dos domi-

cílios que tinham telefone. No País, em 2018, esse rendimento dos domicílios que não tinham telefone (R\$ 728) representou menos da metade daquele dos que tinham telefone (R\$ 1 643). Em todas as Grandes Regiões, a diferença entre esse rendimento dos domicílios que tinham e não tinham telefone foi elevada.

Em 2018, havia telefone fixo convencional em 28,4% dos domicílios do País e este percentual apresentou declínio em relação ao de 2017 (31,6%). A parcela dos que tinham telefone móvel celular permaneceu inalterada de 2017 para 2018 (93,2%).

Os resultados de 2016 a 2018 indicaram que a parcela dos domicílios em que havia somente telefone fixo continuou extremamente baixa, enquanto a dos que tinham somente telefone móvel celular mostrou crescimento e a dos que tinham os dois tipos de telefone teve declínio.

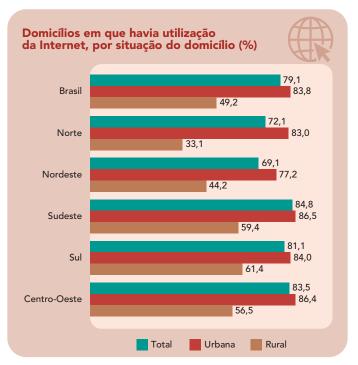
Utilização da Internet no domicílio

Em 2017, a Internet era utilizada em 74,9% dos domicílios do País e este percentual subiu para 79,1%, em 2018. O crescimento mais acelerado da utilização da Internet nos domicílios da área rural contribuiu para reduzir a grande diferença em relação aos da área urbana. De 2017 para 2018, o percentual de domicílios em que a Internet era utilizava passou de 80,2% para 83,8%, em área urbana, e aumentou de 41,0% para 49,2%, em área rural. Este crescimento ocorreu em todas as Grandes Regiões.

No País, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que havia utilização da Internet (R\$ 1769) foi quase o dobro do rendimento dos que não utilizavam esta rede (R\$ 940). A grande diferença entre esses dois rendimentos foi observada em todas as Grandes Regiões.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.



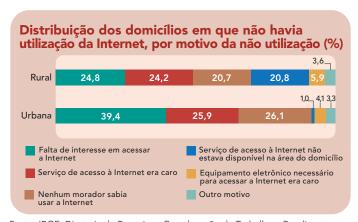
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.



Motivo da não utilização da Internet no domicílio

Em 2018, nos 14 991 mil domicílios do País em que não havia utilização da Internet, os três motivos que mais se destacaram representavam, em conjunto, 84,4%. Esses três motivos foram: falta de interesse em acessar a Internet (34,7%), serviço de acesso à Internet era caro (25,4%) e nenhum morador sabia usar a Internet (24,3%). O motivo de o serviço de acesso à Internet não estar disponível na área do domicílio abrangeu 7,5% das residências em que não havia utilização da Internet e o motivo de o equipamento eletrônico para acessar a Internet ser caro, 4,7%.

Em 2018, no País, em área urbana, os três motivos que mais se destacaram foram os mesmos do total e concentravam 91,5% dos domicílios em que não havia utilização da Internet. Em área rural, quatro motivos se destacaram e as suas participações ficaram entre 20% e 25%. Três deles foram os mesmos mais alegados no total e em área urbana. O outro motivo foi o serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio, que representou 20,8% dos domicílios em que não havia utilização da Internet em área rural, em contraste com somente 1,0% em área urbana.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Equipamentos de acesso à Internet no domicílio

Em 2018, no País, dentre os equipamentos utilizados para acessar a Internet no domicílio, o uso do telefone móvel celular continuou na vanguarda e já próximo de alcançar a totalidade dos domicílios que acessavam a Internet. Em seguida, mas abaixo da metade dos domicílios em que havia acesso à Internet, estava o microcomputador. A televisão foi usada para esse fim em perto da metade dos domicílios que utilizaram o microcomputador para acessar à Internet e a utilização do *tablet* foi ainda menor. O uso de qualquer outro equipamento ficou restrito a 2,0% dos domicílios em que houve utilização da Internet.

Acesso à Internet por telefone móvel celular e por microcomputador

No País, em 2018, em 99,2% dos domicílios em que havia utilização da Internet, o telefone móvel celular era utilizado para este fim. Em 2017, este percentual estava em 98,7%. Em 2018, o percentual de domicílios com Internet em que o telefone móvel celular era utilizado para acessá-la alcançou 99,4%, em área rural, e 99,2%, em área urbana.

No período de 2016 a 2018, nos domicílios em que havia o uso da Internet constatou-se tendência de crescimento no percentual daqueles que utilizaram somente telefone móvel celular para acessar esta rede, ainda que a evolução de 2017 para 2018 tenha sido menor. Em 2016, esse indicador estava em 38,6%, subiu para 43,3%, em 2017, e passou para 45,5%, em 2018.

No País, em 2018, o microcomputador era usado para acessar a Internet em 48,1% dos domicílios em que havia utilização desta rede. Em 2017, este percentual estava em 52,4%. Também, o percentual dos domicílios em que o microcomputador era o único meio utilizado para acessar a Internet, que já era muito reduzido de 2017 (0,9%), caiu para 0,5%, em 2018. Em área urbana, esse percentual caiu de 54,5% para 50,5% e, em rural, de 26,1% para 22,5%. O mesmo sentido de queda foi observado em todas as Grandes Regiões em área urbana e em área rural.

Acesso à Internet por televisão e por tablet

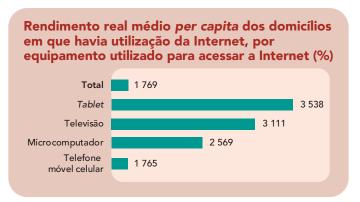
No País, nos domicílios em que havia utilização da Internet, a parcela daqueles em que a televisão era usada para acessar esta rede representava 11,6%, em 2016, subiu para 16,1%, em 2017, e alcançou 23,3%, em 2018. Esse acelerado movimento de crescimento ocorreu em todas as Grandes Regiões.

O tablet, como meio de acessar a Internet, era encontrado em 13,4% dos domicílios em que havia utilização desta rede em 2018 e, no ano anterior, em 15,5%. Em 2018, continuou havendo elevada a diferença entre os percentuais de domicílios em que o tablet era utilizado para acessar a Internet em área urbana (14,1%) e área rural (4,9%).

Rendimento real médio *per capita* dos domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet

No País, em 2018, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet era de R\$ 1 769. Contudo, na análise por equipamento utilizado para acessar a Internet no domicílio houve grande diferença entre os rendimentos.

Enquanto nos domicílios que utilizaram tablet e televisão para acessar a Internet o rendimento real médio per capita era, respectivamente, de R\$ 3 538 e R\$ 3 111, nos domicílios que utilizaram microcomputador e telefone móvel celular os rendimentos médios eram menores, equivalendo a 72,6% e 49,9% do rendimento dos domicílios que acessavam pelo tablet.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.



Tipo de conexão à Internet no domicílio

No período de 2016 a 2018, nos domicílios em que havia utilização da Internet, a parcela que utilizava conexão discada foi-se tornando cada vez mais irrelevante, tendo passado de 0,6%, em 2016, para 0,4%, em 2017, e baixado para 0,2%, em 2018, no País.

No período de 2016 a 2018, ambos os tipos de conexão por banda larga mostraram gradual sentido de crescimento nos domicílios, sendo que o nível da banda larga móvel (3G ou 4G) manteve-se mais elevado que o da fixa, ainda que a diferença tenha diminuído.

Nos domicílios do País em que havia utilização da Internet, o percentual dos que usavam banda larga móvel (3G ou 4G), estava em 77,3%, em 2016, e passou de 78,6% para 80,2%, de 2017 para 2018, enquanto o dos domicílios que utilizavam a banda larga fixa estava em 71,4%, em 2016, e evoluiu de 73,5% para 75,9%, de 2017 para 2018.

Em 2018, nas residências em que havia utilização da Internet, o percentual de domicílios em que a banda larga fixa era usada ficou em 53,4% na Região Norte, situando-se muito abaixo dos resultados alcançados nas demais, que variaram de 74,7% a 78,5%. No que concerne ao percentual dos domicílios em que havia uso da banda larga móvel, o menor foi o da Região Nordeste (64,1%) e os resultados nas demais ficaram um pouco mais dispersos (de 82,3% a 89,7%).

Cabe ainda observar que a diferença entre a proporção de domicílios em que havia uso banda larga fixa e a referente à banda larga móvel na Região Norte, de 36,3 pontos percentuais (p.p.), foi substancialmente maior que nas demais (de 3,8 p.p a 13,8 p.p.). E, ainda, que a Região Nordeste foi a única em que o percentual de domicílios em que havia uso da banda larga móvel (64,1%) foi menor que o da banda larga fixa (77,9%). Esse comportamento foi semelhante ao ocorrido em 2017.

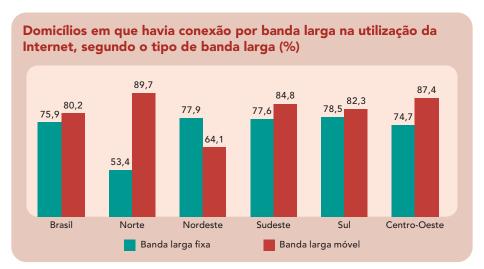
No período de 2016 a 2018, constatouse tendência de crescimento dos domicílios em que eram utilizados os dois tipos de banda larga. Em consequência, ocorreu retração, ainda que reduzida, nos domicílios que utilizavam somente um dos tipos de conexão. De 2017 para 2018, nos domicílios em que havia utilização da Internet, o percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga fixa e móvel subiu de 52,3% para 56,3%, enquanto o dos domicílios em que era utilizada somente a conexão por banda larga móvel passou de 25,2% para 23,3% e naqueles em que havia somente o uso de conexão por banda larga fixa, de 20,2% para 19,0%.

Funcionamento de serviço de rede móvel celular no domicílio

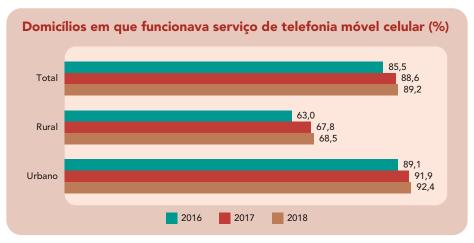
Algumas áreas estão fora do alcance do sinal da rede móvel celular de qualquer operadora ou somente de determinadas operadoras. Assim, foi investigado se algum serviço de rede móvel celular, seja para telefonia ou Internet, funcionava no domicílio.

De 2016 para 2017, observou-se forte aumento no número de domicílios em que foi informado que o serviço de rede móvel celular ali funcionava, para Internet ou para telefonia, o que ocorreu tanto em área urbana como em área rural. Entretanto, esse movimento arrefeceu, não havendo crescimento expressivo de 2017 para 2018. O resultado desse indicador da área rural permaneceu em nível substancialmente inferior ao da área urbana.

De 2017 para 2018, no total de domicílios do País, o percentual daqueles em que o serviço de rede móvel celular funcionava, para Internet ou para telefonia, passou de 88,6% para 89,2%, no total, de 91,9% para 92,4%, em área urbana, e de 67,8% para 68.5%, em área rural.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.



Pessoas de 10 anos ou mais de idade

A investigação da utilização pessoal da Internet, por qualquer meio e em qualquer local, abrangeu as pessoas de 10 anos ou mais de idade e focou na sua ocorrência pelo menos em algum momento, no período de referência dos últimos três meses, que foram os últimos 90 dias que antecederam a data da entrevista no domicílio.

Utilização da Internet

Em 2018, na população de 181 869 mil pessoas de 10 anos ou mais de idade do País, cerca de ¾ utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses. Esse resultado mostrou que o elevado crescimento na parcela de pessoas que utilizaram a Internet de 2016 para 2017, foi mantido de 2017 para 2018.

De 2017 para 2018, na população de 10 anos ou mais de idade do País, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, cresceu de 74,8% para 79,4%, em área urbana, mantendo-se em nível mais elevado que em área rural, que aumentou de 39,0% para 46,5%.

Em 2018, assim como nos dois anos anteriores, os resultados desse percentual de pessoas que acessaram a Internet das Regiões Norte (64,7%) e Nordeste (64,0%) permaneceram inferiores aos alcançados nas demais. Apesar do crescimento desse indicador continuar mais acelerado em área rural, a diferença em relação ao da área urbana ainda era acentuada, sendo que a da Região Norte foi a maior (74,0%, na urbana, e 32,6%, na rural).

Em relação ao sexo, no País, em 2018, 75,7% das mulheres utilizaram a Internet, um pouco acima do percentual apresentado pelos homens (73,6%).

Por grupos de idade

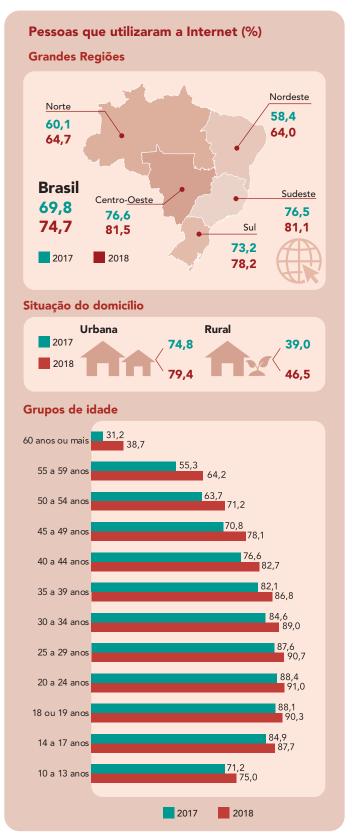
Em 2018, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, foi de 75,0%, no grupo etário de 10 a 13 anos, cresceu sucessivamente nos seguintes e alcançou o máximo no de 20 a 24 anos (91,0%), passando depois a declinar até atingir 38,7%, no de 60 anos ou mais.

Ainda que venha crescendo em todas as idades, os resultados mostraram que a utilização da Internet continuou sendo maior entre as pessoas de 18 a 29 anos de idade, mas com crescimento acelerado nas idades mais elevadas, o que pode ter sido propiciado pela evolução nas facilidades para o uso desta tecnologia e na sua disseminação no cotidiano da sociedade.

No País, a variação do percentual de pessoas que utilizaram a Internet de 2018 em relação ao de 2017 foi mais baixa no grupo etário de 18 ou 19 anos (2,5%), foi crescendo com o aumento da idade e alcançou 24,0%, no de 60 anos ou mais.

Equipamento utilizado para acessar a internet

Na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, o meio de acesso indicado por maior número de pessoas foi, destacadamente, o telefone móvel celular.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018.



De 2017 para 2018, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, o percentual de pessoas que usaram o telefone móvel celular para acessar a esta rede passou de 97,0% para 98,1%, aproximando-se mais da totalidade, enquanto o das que usaram televisão apresentou elevado incremento, tendo subido de 16,3% para 23,1%. No caso do percentual das pessoas que utilizaram microcomputador para acessar a Internet, a queda foi de 56,6% para 50,7% e no das que usaram tablet, de 14,3% para 12,0%. Para as pessoas que utilizaram equipamento distinto dos anteriores, o percentual continuou ainda muito baixo, tendo passado de 1,0% para 1,4%.

No que se refere aos equipamentos utilizados para acessar a Internet, a evolução, de 2017 para 2018, nas áreas urbana e rural foi semelhante à observada para o País como um todo.

Em 2018, na área rural, o percentual de pessoas que utilizaram telefone móvel celular para acessar a Internet (97,9%) ficou próximo daquele da área urbana (98,1%). Entretanto, com relação aos outros equipamentos, a diferença foi elevada. Em relação ao microcomputador, esse indicador da área rural (24,9%) representou menos da metade daquele da área urbana (53,2%). No caso da televisão e do *tablet*, os seus resultados da área rural ficaram próximos de 1/3 daqueles da área urbana.

Conexão utilizada para acessar a Internet

No País, dentre as pessoas de 10 anos de idade que utilizaram a Internet, a parcela que utilizou a conexão discada já era insignificante em 2016 (0,9%), continuou em queda em 2017 (0,6%) e ficou reduzido a 0,3%, em 2018. Por outro lado, no período de 2016 a 2018, o contingente de pessoas que utilizaram a banda larga para acessar a Internet apresentou tendência de crescimento, tanto por meio da fixa como da móvel. Entretanto, esse movimento ascendente deveu-se à parcela das pessoas que utilizavam ambas as conexões, fixa e móvel, uma vez que que a das que usaram somente de uma delas, mostrou recuo nesse período.

De 2017 para 2018, o percentual de pessoas que usaram a banda larga fixa para acessar a Internet, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou esta rede, passou de 82,9% para 84,2%, continuando a suplantar o de pessoas que usaram a banda larga móvel, que cresceu de 78,3% para 80,4%. O percentual de pessoas que utilizaram os dois tipos de banda larga subiu de 61,5% para 64,8%.

Finalidade do acesso à Internet

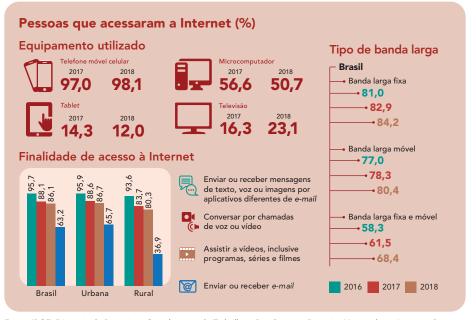
No País, de 2016 a 2018, no contingente de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet, o percentual de pessoas que acessaram a Internet com a finalidade de conversar por chamadas de voz ou vídeo apresentou nítida tendência de crescimento, o mesmo ocorrendo no caso em que a finalidade era assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes. Por outro lado, o percentual de pessoas que acessaram a Internet com a finalidade de enviar e receber *e-mail* (correio eletrônico) apresentou queda. Esses mesmos comportamentos ocorreram tanto em área urbana como rural.

O percentual de pessoas que acessaram a Internet para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de *e-mail* não apresentou variação significativa de 2017 para 2018, mas ainda permaneceu como o mais elevado, ficando em 95,7% em 2018.

No confronto desses indicadores por situação do domicílio, os resultados da área urbana continuaram superando os da área rural. Em 2018, a diferença entre o percentual de pessoas que acessaram a Internet com a finalidade de enviar ou receber *e-mail* da área urbana em relação ao da rural, alcançou 28,8 p.p. e foi muito mais elevada que as encontradas para as demais finalidades. No caso das demais finalidades, as diferenças entre os resultados das áreas urbana e rural variaram de 2,3 p.p. a 6.4 p.p..

Motivo da não utilização da Internet

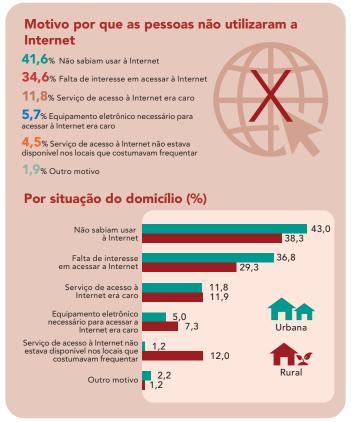
No País, em 2018, cerca de ¼ das pessoas de 10 anos ou mais de idade não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses. Para esse contingente, formada por 45 960 mil pessoas, pesquisou o motivo de não terem acessado a Internet nesse período. Os dois motivos mais apontados por essas pessoas foram não saber usar a Internet e falta de interesse em acessar a Internet, que abrangeram, respectivamente, 41,6% e 34,6%. Os dois motivos seguintes foram de razão econômica e representaram em conjunto, 17,5%. O serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que as pessoas costumavam frequentar ainda ficou em 4,5%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.



O percentual de pessoas que não acessaram a Internet devido ao serviço não estar disponível nos locais que costumavam frequentar continuou destacadamente mais elevado na Região Norte (13,8%) e menor na Região Sudeste (1,9%), ficando no intervalo fechado de 3,4% a 4,1% nas demais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

No País, em 2018, tanto em área urbana como rural, os dois motivos mais alegados para a não utilização da Internet foram os mesmos do total (não saber usar a Internet e falta de interesse em usá-la). Entretanto, os resultados da área rural foram expressivamente menores que os da área urbana. Por outro lado, o percentual de pessoas moradoras em área rural que não utilizaram a Internet porque o serviço de acesso à Internet não estar disponível nos locais que costumavam frequentar (12,0%) foi dez vezes maior que o da área urbana (1,2%). Não houve praticamente diferença entre os resultados dessas duas áreas no caso das pessoas que alegaram não ter acessado Internet devido ao serviço de acesso a esta rede ser caro, mas no caso das que indicaram que o motivo era o fato do equipamento necessário ser caro, o resultado da área rural (7,3%) superou o da urbana (5,0%).

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal

Observando-se a evolução do percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, no período de 2016 a 2018, pode-se notar len-

ta tendência de crescimento e que se mostrou mais acentuada em área rural. No País, de 2017 para 2018, este indicador passou de 78,2% para 79,3%.

Em relação ao sexo, em 2018, 80,7% das mulheres e 77,8% dos homens tinham telefone móvel celular para uso pessoal no País.

Em 2018, o percentual de pessoas com telefone móvel celular para uso pessoal estava em 67,4%, na Região Norte, e 70,7%, na Região Nordeste, enquanto nas demais, variou de 84,1% a 86,2%.

Ainda que o crescimento desse indicador tenha sido mais acelerado em área rural, a diferença em relação ao da área urbana continuou elevada. Em 2018, as pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal representavam 82,9% do contingente de 10 anos ou mais de idade residente na área urbana do País e 57,3% do que morava em área rural. A disparidade entre os resultados dessas duas áreas foi destacadamente maior nas Regiões Norte (34,8 p.p.), e Nordeste (26,1 p.p.) e menor na Região Centro-Oeste (11,3 p.p.).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

O acesso à Internet por meio da telefonia móvel celular é um recurso de comunicação e de obtenção de informação que vem sendo visto cada vez mais como integrante do cotidiano de um número crescente pessoas.

Os resultados de 2016 a 2018 indicaram que houve acelerado crescimento no contingente que tinha telefone móvel celular com a funcionalidade de acesso à Internet e que foi mais intenso em área rural. Esse comportamento foi observado em todas as Grandes Regiões.

De 2017 para 2018, na população de 10 anos ou mais de idade que tinha telefone móvel celular para uso pessoal no País, a parcela que tinham acesso à Internet por meio deste aparelho, aumentou de 84,4% para 88,5%. Na área rural esse percentual cresceu de 64,1% para 73,4%, mas ainda sendo expressivamente menor que o da área urbana, que aumentou de 86,6% para 90,2%.



Por grupos de idade

No País, em 2018, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal em cada grupo etário, teve o seu mínimo no grupo etário de 10 a 13 anos (43,5%), subiu abruptamente no de 14 a 17 anos (73,6%) e prosseguiu em ascensão, alcançando as maiores participações nos grupos dos adultos jovens de 25 a 39 anos, com ápice no de 30 a 34 anos (90,3%), passando gradualmente a declinar nos seguintes até o dos adultos de meia-idade de 55 a 59 anos (81,7%) e terminando com queda acentuada no dos idosos de 60 anos ou mais (64,1%). Nas Grandes Regiões o movimento foi assemelhado.

Pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal



Motivo de não ter telefone móvel celular para uso pessoal

Em 2018, no País, 37 651 mil pessoas não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, que representavam 20,7% da população de 10 anos ou mais de idade. Esse percentual estava 22,9%, em 2016, e passou para 21,8%, em 2017.

Em 2018, dentre os motivos alegados para não ter telefone móvel celular para uso pessoal, os quatro que mais se destacaram agregaram, em conjunto, 88,6% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham este aparelho, no País. No contingente que não tinha telefone móvel celular para uso pessoal, 28,0% alegaram que o aparelho telefônico era caro; 24,2%, falta de interesse em ter telefone móvel celular; 19,8% que não sabiam usar telefone móvel celular; e 16,6% que costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa. Em cada um dos demais motivos, o percentual não alcançou 6%.

Em 2018, no País, os quatro motivos mais alegados para não ter telefone móvel celular para uso pessoal foram os mesmos em 2017.

Esses quatro motivos para não ter telefone móvel celular foram os mais indicados e na mesma ordem pelas pessoas moradoras, tanto em área urbana como rural. O confronto das distribuições dos resultados das áreas urbana e rural revelaram que o motivo de o aparelho telefônico ser caro foi o mais frequente em ambas as áreas, entretanto, foi destacadamente mais elevado em área rural (32,5%), enquanto que o resultado da área urbana (26,2%) ficou próximo ao do motivo da falta de interesse em ter telefone móvel celular (25,7%). Cabe destacar, ainda, a diferença acentuada entre os resultados das áreas urbana e rural referentes às pessoas que indicaram que o serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar como motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal (8,3%, em área rural, e somente por 0,3%, em área urbana). ■

Pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, segundo o motivo (%)

Motivo	Distribuição das pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)					
	Total -		Situação do domicílio			
			Urbana		Rural	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Aparelho telefônico era caro	25,7	28,0	24,3	26,2	29,2	32,5
Falta de interesse em ter telefone móvel celular	21,4	24,2	23,0	25,7	17,2	20,8
Não sabiam usar telefone móvel celular	19,4	19,8	19,8	20,6	18,2	17,8
Costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa	23,2	16,6	23,3	17,0	22,9	15,6
Serviço era caro	2,3	3,0	2,5	3,2	1,9	2,5
Serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	2,6	2,6	0,4	0,3	8,3	8,3
Outro	5,5	5,7	6,8	7,0	2,4	2,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento

Normalização textual

Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Pixabay

Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil, procure o IBGE.



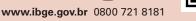






(21) 97385-8655









br/estatisticas/sociais/ população/17270-pnad continua.html?edicao=27138